

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

28º EXAME DE SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2013 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Quanto à estabilidade, a Constituição brasileira de 1988 pode ser classificada como:

- (a) flexível, devido ao grande número de Emendas Constitucionais já realizadas ao texto originário.
- (b) rígida, pois ela prevê um elenco de cláusulas pétreas, isto é, certas normas constitucionais que jamais poderão ser alteradas.
- (c) semirrígida, pois algumas de suas normas, sobre temas de menor relevância, podem ser alteradas por mera lei ordinária, enquanto a maior parte da Constituição só pode ser modificada por Emenda Constitucional.
- (d) rígida, pois qualquer alteração no texto da Constituição só pode ser realizada através de Emenda Constitucional, cujo processo e quórum de aprovação é mais rigoroso que o das leis em geral.
- (e) elástica, devido à grande facilidade existente no procedimento de sua reforma e revisão.

2) Assinale a alternativa correta:

- (a) Por se tratar de uma constituição escrita, a Constituição de 1988 não admite ser alterada por processos informais, como a interpretação evolutiva ou mutação constitucional.
- (b) Por aplicação do princípio da efetividade da Constituição, todas as suas normas devem ser compreendidas como normas de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral.
- (c) As normas constitucionais programáticas são aquelas que definem finalidades públicas a serem buscadas pelo Estado, sendo que a doutrina e jurisprudência contemporâneas reconhecem que elas também produzem efeitos jurídicos relevantes.
- (d) Apesar de a Constituição ser um documento jurídico, ela possui algumas normas que têm um significado puramente moral ou simbólico, como as normas programáticas.
- (e) As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais não são materialmente constitucionais.

3) Sobre as espécies normativas, assinale a alternativa falsa:

- (a) As emendas à Constituição, desde que editadas conforme o procedimento adequado, têm supremacia sobre a legislação ordinária.
- (b) Decretos legislativos e resoluções são espécies normativas que não passam por sanção ou veto presidenciais.
- (c) As leis complementares devem ser aprovadas por maioria absoluta.
- (d) A própria Constituição estabelece certas matérias cuja disciplina deve ser feita através de leis complementares.
- (e) As medidas provisórias não produzem qualquer efeito enquanto não são aprovadas pelo Congresso Nacional.

4) Assinale a afirmação correta a respeito do processo legislativo:

- (a) A Constituição expressamente determina que para certas matérias o projeto de lei é de iniciativa privativa do Presidente da República, como a criação de cargos, funções ou empregos públicos.
- (b) As normas sobre processo legislativo constantes da Constituição Federal são aplicáveis obrigatoriamente apenas à União, e não precisam ser observadas pelos Estados e Municípios.
- (c) O veto presidencial não pode ser derrubado pelo Poder Legislativo.
- (d) A iniciativa das leis complementares e ordinárias é reservada pela Constituição aos membros do Congresso Nacional e ao Presidente da República, não havendo hipótese, por exemplo, de iniciativa de Tribunais.
- (e) A discussão e votação de qualquer projeto de lei sempre tem início na Câmara dos Deputados.

5) O senador Aristócrates Oligárquico, na vigência de seu mandato, comete o crime de estupro, mas consegue evadir-se e não é pego em flagrante. Assinale a única afirmação que se aplica adequadamente ao caso:

- (a) Apesar de não ter sido caracterizado o flagrante, Aristócrates poderá ser preso preventivamente, por ordem judicial.
- (b) Uma vez recebida a denúncia contra Aristócrates, o Supremo Tribunal Federal dará ciência disso ao Senado, que, por iniciativa de partido político nele representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento do processo.
- (c) A competência para o julgamento do processo pertence ao juízo de direito da comarca onde se consumou o crime.
- (d) Graças à imunidade parlamentar material, Aristócrates está, nesse caso, protegido por uma causa de exclusão da ilicitude da conduta.
- (e) Como se trata de um crime comum, não há regras especiais aplicáveis ao senador, cujo processo e julgamento ocorrerão de acordo com as regras gerais do Direito Processual Penal.

6) Sobre a Federação brasileira, é errado afirmar que:

- (a) São entidades federativas a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.
- (b) Os Territórios não recebem da Constituição o tratamento de entes federativos autônomos.
- (c) A forma federativa de Estado é cláusula pétrea no Direito Constitucional brasileiro.
- (d) Os Municípios, na sistemática da Constituição de 1988, não podem ser considerados entes federativos, mas desdobramentos administrativos internos do próprio Estado a que pertencem, que sobre eles dispõe na respectiva Constituição Estadual.
- (e) Compete aos Municípios, de acordo com a Constituição de 1988, legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

7) O Governo Federal, devido à permanente crise financeira no INSS, decide elaborar uma proposta de Emenda Constitucional para revogar o art. 203 da Constituição, que assegura o direito à assistência social (*"Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos..."*). O Governo garante que a Emenda é perfeitamente válida, não violando nenhuma das cláusulas pétreas do art. 60, § 4º, já que seu inc. IV fala apenas em "direitos e garantias individuais", ou seja, aqueles que constam do elenco expresso do art. 5º. Analisando essa situação, conclui-se que:

- (a) A proposta do Governo é válida, pois nessa matéria é preciso aplicar a chamada ponderação de princípios, nada impedindo que uma norma que prevê um direito seja revogada tendo em vista preocupações orçamentárias.
- (b) A proposta do Governo é inválida porque normas constitucionais definidoras de direitos não podem ser objeto, em hipótese alguma, de Emenda Constitucional.
- (c) Não existe norma constitucional expressa dizendo que pode haver direitos fundamentais fora do elenco do art. 5º e, portanto, como a norma revogada está no art. 203, tal Emenda não agride cláusula pétrea.
- (d) Caso essa Emenda Constitucional seja aprovada, ela só poderá começar a vigorar após ser julgada válida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de ação declaratória de constitucionalidade.
- (e) À luz de uma concepção aberta dos direitos fundamentais, é possível dizer que essa Emenda Constitucional viola uma cláusula pétrea, pois está revogando um direito que, por sua relevância para a dignidade da pessoa humana, se equipara aos previstos no art. 5º.

8) Assinale a alternativa correta:

- (a) Quando uma nova Constituição é promulgada, as normas da Constituição anterior que sejam compatíveis com ela continuam vigorando, porém com nível hierárquico de lei ordinária.
- (b) Entrando em vigor uma nova Constituição, fruto do Poder Constituinte originário, as leis ordinárias anteriores que sejam com ela compatíveis serão recepcionadas e continuarão a vigorar, devendo, porém, passar a ser interpretadas à luz da nova ordem constitucional.
- (c) Caso emenda constitucional retire a lei delegada do rol das espécies normativas, as leis delegadas que já tenham sido promulgadas de acordo com o regramento constitucional anterior serão consideradas automaticamente como não recepcionadas.
- (d) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é considerada uma Carta outorgada.
- (e) O conflito entre Emenda Constitucional revogadora e norma originária revogada da Constituição deve ser sempre resolvido pelo critério da prevalência do texto do Poder Constituinte originário sobre o do Poder Constituinte derivado ou reformador.

9) Marcelo Morales, deputado federal, apresenta à Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda Constitucional para alterar a forma de votação nos processos de perda do mandato de deputados e senadores por quebra do decoro parlamentar, introduzindo a regra do voto aberto. Nos termos da Constituição de 1988, pode-se afirmar que essa Proposta de Emenda Constitucional:

- (a) é formal e materialmente constitucional, por satisfazer um anseio da sociedade brasileira por maior transparência, moralidade e publicidade das decisões do Poder Legislativo.
- (b) é materialmente inconstitucional, por afronta à cláusula pétrea da separação de poderes, na medida em que cabe ao Supremo Tribunal Federal a palavra final, como guardião da constituição, sobre a perda dos mandatos parlamentares.
- (c) é formalmente inconstitucional, por afronta à regra do processo legislativo que determina que a votação de qualquer Proposta de Emenda Constitucional se inicie no Senado Federal.
- (d) é formal e materialmente inconstitucional, por afronta à iniciativa privativa do Presidente da República de apresentar Proposta de Emenda sobre essa matéria.
- (e) é formalmente inconstitucional, por afronta ao quorum mínimo de um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado, exigido pela Constituição para a apresentação de Proposta de Emenda Constitucional.

10) Uma certa categoria de servidores públicos, sob o fundamento de que seus vencimentos se encontram defasados, decide fazer greve. Assinale a alternativa que retrata a solução prática mais adequada à situação:

- (a) O direito de greve não poderá ser exercido enquanto o Congresso Nacional não editar a lei específica exigida pela Constituição de 1988 para a regulamentação desse direito.
- (b) Deverá a categoria impetrar mandado de injunção coletivo, através do respectivo sindicato, para que o STF possa regulamentar o direito de greve para o caso concreto.
- (c) O direito de greve pode ser exercido, pois, embora a norma que o prevê seja considerada de eficácia limitada, o STF já decidiu, em sede de mandado de injunção, que, enquanto não for editada a lei regulamentadora específica da greve no serviço público, deve ser aplicada analogicamente a lei geral de greve.
- (d) A categoria nada poderá fazer, pois será necessário primeiro propor ADI por omissão perante o STF, para que este dê ciência ao Congresso Nacional de que ele está omissa.
- (e) Será necessário que cada servidor, individualmente, impetre mandado de injunção, cuja finalidade é fazer com que o STF ciente o Congresso Nacional de que está omissa.

11) São órgãos do Poder Judiciário no Brasil:

- (a) os Tribunais Regionais Federais; o Superior Tribunal Militar; o Tribunal de Contas da União;
- (b) o Superior Tribunal de Justiça; os Tribunais de Justiça e as Procuradorias dos Estados;
- (c) a Justiça Desportiva; o Tribunal Superior do Trabalho; a Procuradoria da República;
- (d) o Supremo Tribunal Federal; o Superior Tribunal de Justiça; o Conselho Nacional de Justiça;
- (e) o Superior Tribunal Eleitoral; o Conselho Nacional do Ministério Público.

12) Sobre o direito de nacionalidade na Constituição de 1988, assinale a alternativa correta:

- (a) Para definir a nacionalidade brasileira originária, é adotado exclusivamente o critério do *ius soli*, sem qualquer exceção para o *ius sanguinis*.
- (b) Para definir a nacionalidade brasileira originária, é adotado exclusivamente o critério do *ius sanguinis*, sem qualquer exceção para o *ius soli*.
- (c) A Constituição não permite que seja declarada a perda da nacionalidade de um cidadão brasileiro, pois trata-se de um direito fundamental, e isso agrediria frontalmente a dignidade da pessoa humana.
- (d) O cargo de Presidente da República pode ser exercido por brasileiro nato ou naturalizado.
- (e) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer destes esteja a serviço da República Federativa do Brasil, são considerados brasileiros natos.

13) Assinale a alternativa correta:

- (a) Sempre que pronunciar a inconstitucionalidade de uma lei em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), o STF dará à decisão efeitos *ex tunc*, isto é, retroativos.
- (b) Se o ato do Poder Público puder ser impugnado por meio de ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não caberá a ADPF.
- (c) As leis municipais não podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade.
- (d) A ação declaratória de constitucionalidade (ADC) pode ser proposta perante o STF apenas pelo Procurador-Geral da República.
- (e) O Direito brasileiro não admite o controle judicial da inconstitucionalidade por omissão.

14) Quando dois ou mais direitos fundamentais, com assento constitucional, entram em conflito em um certo caso concreto, qual técnica de interpretação/aplicação deve ser empregada para resolver o problema?

- (a) o método literal ou gramatical.
- (b) o critério hierárquico.
- (c) a ponderação de valores, princípios ou interesses.
- (d) o critério cronológico.
- (e) o critério da generalidade/especialidade das normas.

15) Assinale a alternativa falsa a respeito dos direitos e garantias fundamentais:

- (a) A atividade intelectual, artística, científica e de comunicação é livre, podendo ser exercida independentemente de prévia censura estatal.
- (b) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, mas a lei pode exigir o atendimento de qualificações profissionais para certas atividades.
- (c) O direito de herança é garantido constitucionalmente.
- (d) O elenco dos direitos e garantias individuais constantes do art. 5º da Constituição de 1988 é taxativo, não se admitindo a existência de direitos que não estejam ali expressos.
- (e) Os atos processuais, em regra, são públicos, mas a lei pode estabelecer exceções a tal publicidade, por exemplo, em atenção ao direito de intimidade das partes.

DIREITO CIVIL

16) Lupicínio, menor com 14 anos de idade, recebeu como herança de seu avô valores depositados em uma conta bancária. A fim de evitar que a herança seja corroída pela inflação, Lupicínio decide comprar um imóvel com o dinheiro recebido. Para concluir o negócio:

- (a) será necessário que o imóvel seja submetido a avaliação judicial.
- (b) Lupicínio precisará ser assistido, pois é relativamente incapaz.
- (c) Lupicínio deverá ser representado, pois é absolutamente incapaz.
- (d) será preciso esperar que Lupicínio atinja a maioridade, quando adquirirá a capacidade para movimentação da quantia.
- (e) basta que Lupicínio assine a escritura de compra e venda, dispensado o registro, por se tratar de menor.

17) Os direitos da personalidade:

- (a) São amplamente disponíveis.
- (b) Admitem renúncia irrestrita.
- (c) Não são considerados direitos fundamentais.
- (d) São direitos subjetivos.
- (e) Incluem o direito ao nome e à honra, mas não o direito à imagem.

18) Quanto ao nome empresarial, é correto afirmar que:

- (a) Em qualquer modalidade empresarial, o nome empresarial deve sempre corresponder ao patronímico de um dos sócios.
- (b) São espécies de nome empresarial a firma e a denominação.
- (c) A firma deve necessariamente designar o objeto da sociedade.
- (d) A denominação deve ser composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas.
- (e) A sociedade anônima pode adotar como nome empresarial tanto a firma como a denominação, mas em nenhuma hipótese será admitida a inclusão do nome dos sócios no nome empresarial.

19) Considera-se empresária:

- (a) a sociedade que se dedica, sem organização dos fatores de produção, ao exercício de atividade meramente intelectual, de natureza científica, literária ou artística.
- (b) a cooperativa.
- (c) a sociedade por ações.
- (d) aquela que visa ao lucro.
- (e) todas as alternativas anteriores estão incorretas.

20) José Leonardo é morador de Niterói, cidade onde fixou sua residência há mais de 10 anos. Recentemente, porém, José Leonardo foi aprovado em concurso público e passou a exercer as funções de seu cargo na cidade do Rio de Janeiro. Em relação ao domicílio de José Leonardo, é correto afirmar que:

- (a) José Leonardo continuará tendo domicílio exclusivo em Niterói, já que é onde possui residência com ânimo definitivo.
- (b) José Leonardo deverá se mudar para o Rio de Janeiro, já que o servidor público possui domicílio necessário no local onde exerce suas funções permanentemente.
- (c) José Leonardo pode ser considerado pessoa sem domicílio, diante da pluralidade de locais em que possui relações jurídicas.
- (d) Ambas as cidades poderão ser consideradas domicílio de José Leonardo, eis que nosso sistema admite a existência de domicílios plúrimos.
- (e) Caso José Leonardo venha a ser transferido temporariamente, e passe a exercer suas funções em local diverso, seu domicílio necessário será alterado.

21) Quanto aos bens coletivos, assinale a alternativa incorreta:

- (a) A herança e o patrimônio são exemplos de universalidades de direito.
- (b) A universalidade de fato é o conjunto de bem singulares de uma mesma pessoa aos quais é dada destinação unitária.
- (c) A universalidade de direito é conceituada legalmente como o complexo de relações jurídicas de uma pessoa, dotadas de valor econômico.
- (d) Um rebanho e uma biblioteca são considerados universalidades de fato.
- (e) Os bens que compõem uma universalidade de fato não podem ser objeto de relações jurídicas próprias, somente se admitindo sua alienação conjunta.

22) Cristina, contumaz apostadora da Mega Sena, tem por hábito pedir a seus colegas de trabalho que contribuam com dinheiro para realizar suas apostas, sob a promessa de dividir com eles o prêmio, caso venha a acertar os números do concurso. Embora reitere seu compromisso de dividir o prêmio, Cristina jamais teve a real intenção de repartir a bolada com seus colegas e já tem planos traçados para fugir do país com o dinheiro. A respeito do comportamento de Cristina, pode-se afirmar que:

- (a) Trata-se de hipótese de reserva mental e, caso seu bilhete seja premiado, Cristina será obrigada a dividir o prêmio com seus colegas, que confiaram na veracidade da declaração da apostadora.
- (b) Trata-se de hipótese de simulação, sendo o negócio dissimulado a doação.
- (c) Caso efetivamente ganhe na Mega Sena, Cristina não precisará dividir o prêmio com seus colegas, pois, nos negócios jurídicos, deve-se respeitar a real intenção do declarante.
- (d) A prevalência da vontade declarada de Cristina sobre sua vontade interna só se verificará caso reste comprovado que os destinatários tinham conhecimento da reticência.
- (e) A boa-fé de Cristina deve ser protegida, diante da reduzida chance de sucesso da aposta, cabendo-lhe, na remota hipótese de ganhar a loteria, conceder a cada colaborador pequena recompensa compatível com o valor da contribuição de cada um.

23) Marque a alternativa que indica, na ordem correta, os elementos acidentais do negócio jurídico abaixo conceituados:

- (I) Cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e/ou incerto.
- (II) Cláusula que subordina os efeitos do negócio jurídico a um acontecimento futuro e certo.
- (III) Cláusula que impõe um ônus ou uma obrigação ao contemplado pelo negócio.

- (a) encargo, condição e termo.
- (b) termo, encargo e condição.
- (c) termo, condição e encargo.
- (d) condição, encargo e termo.
- (e) condição, termo e encargo.

24) Gustavo, menor de 16 anos, ao brincar de jogar bola com amigos na rua, em frente de casa, acerta e quebra a vidraça da janela da vizinha Maria, que, uma semana depois, tem a casa furtada por bandidos que invadem a casa pelo buraco aberto na janela pelo chute de Gustavo. No âmbito da responsabilidade civil, pode-se afirmar que:

- (a) Gustavo responde por todos os danos sofridos por Maria, inclusive aqueles decorrentes do furto, que não teriam ocorrido não fosse a conduta inicial lesiva de Gustavo;
- (b) os pais de Gustavo respondem apenas pelos danos materiais causados à vizinha Maria pela quebra de sua janela;
- (c) Maria tem direito à indenização por danos morais decorrentes tão somente da perturbação de seu sossego causada pela quebra da janela;
- (d) os pais não respondem pelos danos que os filhos causaram sem o auxílio daqueles;
- (e) todos os colegas de Gustavo que participaram da brincadeira respondem, solidariamente, pelos danos causados.

25) Assinale a alternativa incorreta:

- (a) os juros de mora contam-se desde a citação inicial;
- (b) em regra, o devedor não responde pelos prejuízos do credor resultantes de caso fortuito ou força maior;
- (c) considera-se em mora o devedor apenas se não efetuar o pagamento no tempo que a lei ou a convenção estabelecer;
- (d) não adimplida a obrigação, o devedor responde por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo os índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários advocatícios;
- (e) pelo inadimplemento das obrigações respondem todos os bens do devedor.

26) Os gêmeos Bruno e Bernardo, logo após completarem 18 anos e conseguirem seu primeiro emprego com carteira assinada, celebram contrato de compra-e-venda objetivando adquirir o carro usado de Cláudio, comprometendo-se ambos a pagar, integral e solidariamente, a quantia de R\$ 8 mil (oito mil reais), 30 (trinta) dias após a assinatura. Diante do não-pagamento do valor, é correto assinalar que:

- (a) a solidariedade entre os irmãos resulta expressamente de sua vontade, não admitida a presunção;
- (b) Cláudio só pode exigir de cada irmão a sua metade da dívida;
- (c) se Bruno pagar parcialmente a dívida, apenas Bernardo responderá pelo saldo;
- (d) a propositura de ação por Cláudio apenas em face de Bernardo importa renúncia da solidariedade quanto a Bruno;
- (e) Cláudio pode cobrar do pai dos gêmeos a quantia devida, em razão da aplicação do princípio da solidariedade social.

27) Roberto, premido pela necessidade de salvar seu filho, que sofreu grave acidente automobilístico, celebra contrato com o médico José, que, consciente do estado de necessidade da outra parte, exige, para a realização de cirurgia de emergência, o pagamento da quantia de R\$ 100 mil (cem mil reais), muito superior ao valor adequado de aproximadamente R\$ 10 mil (dez mil reais) para casos idênticos. Diante destes elementos:

- (a) o negócio jurídico pode ser anulado por vício resultante de dolo;
- (b) o negócio jurídico pode ser anulado por vício resultante de lesão;
- (c) o negócio jurídico pode ser anulado por vício resultante de estado de necessidade;
- (d) o prazo decadencial para anulação deste negócio é de 5 (cinco) anos;
- (e) o negócio só poderia ser anulado por necessidade relacionada especificamente à vida ou à saúde do próprio contratante.

28) Em relação ao instituto da prescrição, é correto afirmar que:

- (a) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes;
- (b) a prescrição não corre pendendo condição suspensiva;
- (c) de acordo com o Código Civil, o prazo ordinário de prescrição é de 20 anos;
- (d) a interrupção da prescrição poderá ocorrer mais de uma vez;
- (e) a prescrição não pode ser interrompida por qualquer interessado.

29) Assinale a alternativa incorreta:

- (a) de acordo com o artigo 186 do Código Civil, são elementos do ato ilícito a conduta dolosa ou culposa contrária à norma jurídica, o dano e o nexo causal entre a conduta e o dano;
- (b) o grau da culpa é irrelevante para a configuração do ato ilícito, mas pode servir à redução equitativa da indenização pelo juiz;
- (c) são cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato;
- (d) a conduta culposa que cause dano a outrem constitui ato ilícito, ainda que praticada em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;
- (e) constitui ato ilícito o exercício de um direito que excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

30) Sobre o adimplemento das obrigações, pode-se afirmar que:

- (a) salvo disposição legal em contrário, não tendo sido ajustada época para o pagamento, pode o credor exigí-lo imediatamente;
- (b) o terceiro não interessado não pode pagar a dívida;
- (c) independentemente de ajuste, o credor pode ser obrigado a receber e o devedor a pagar, por partes, na hipótese de a obrigação ter por objeto prestação divisível;
- (d) o credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, se aquela for mais valiosa;
- (e) em regra, o pagamento deve ser efetuado no domicílio do credor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Acerca do regime dos prazos processuais no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- (a) salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento;
- (b) decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa;
- (c) quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos;
- (d) computar-se-á em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público;
- (e) a parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.

32) A adstrição do juiz aos limites do pedido encontra exceção:

- (a) no procedimento dos juizados especiais, guiado pela informalidade e pelo amplo acesso à justiça;
- (b) nos denominados pedidos subsidiários, formulados de modo que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior;
- (c) nos chamados pedidos implícitos, a exemplo dos juros legais, da correção monetária e da responsabilidade por despesas processuais e honorários sucumbenciais;
- (d) nas demandas individuais que tenham por causa de pedir a violação a um direito fundamental, diante da supremacia da Constituição;
- (e) nas ações civis públicas e nas ações populares, por conta da indisponibilidade do interesse público.

33) Quanto à posição enciclopédica do direito processual civil e à natureza de suas normas, é correto afirmar que:

- (a) insere-se no ramo do direito público ou do direito privado, conforme a espécie de direito subjetivo questionado em juízo, contendo normas tanto de natureza dispositiva quanto cogente;
- (b) insere-se no ramo do direito público, pois disciplina a função estatal de resolução de conflitos de interesses a fim de restabelecer a paz social, contendo normas tanto de natureza dispositiva quanto cogente;
- (c) insere-se no ramo do direito privado, uma vez que o direito de ação configura um componente do próprio direito subjetivo material violado, contendo normas exclusivamente de natureza dispositiva;
- (d) insere-se no ramo do direito público, pois disciplina a função estatal de resolução de conflitos de interesses a fim de restabelecer a paz social, contendo normas exclusivamente de natureza cogente;
- (e) insere-se no ramo do direito privado, uma vez que o direito de ação configura um componente do próprio direito subjetivo material violado, contendo normas tanto de natureza dispositiva quanto cogente.

34) A teoria da asserção, no exame das condições da ação, exige que o magistrado:

- (a) aprecie a legitimidade das partes, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido de acordo com os fatos tais como afirmados pelo autor na petição inicial;
- (b) empreenda um exame profundo, no limiar do processo, a respeito das provas que amparam a pretensão do autor, no cotejo com as alegações e provas apresentadas pelo réu;
- (c) atue criativamente na construção de novos requisitos de admissibilidade da demanda, evitando postulações sem fundamento legal;
- (d) desconsidere os vícios quanto à legitimidade das partes, ao interesse de agir e à possibilidade jurídica do pedido, sempre que puder decidir o mérito em favor de quem aproveitaria a decretação do vício;
- (e) supra a deficiência na defesa técnica do autor, renunciando à imparcialidade a bem do reforço no conteúdo dos atos postulatórios do demandante.

35) Dentre as alternativas listadas a seguir, assinale aquela que não corresponde a um poder deferido ao juiz pelo Código de Processo Civil de 1973:

- (a) assegurar às partes igualdade de tratamento;
- (b) velar pela rápida solução do litígio;
- (c) modificar, ao seu prudente arbítrio, os elementos objetivos da demanda, de modo a fazer refletir no processo o conflito social em toda a sua real extensão;
- (d) prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça;
- (e) tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes.

36) Acerca dos princípios do contraditório e da ampla defesa, assinale a assertiva correta:

- (a) é facultado à parte, no exercício do contraditório e da ampla defesa, alterar a verdade dos fatos, sem que isso possa ser considerado litigância de má-fé;
- (b) o exercício do contraditório compreende tanto a informação acerca do ato processual, quanto a possibilidade de reação;
- (c) a nomeação de curador especial pelo juiz, nas hipóteses legalmente previstas, viola o contraditório e a ampla defesa da outra parte;
- (d) o contraditório e a ampla defesa são reservados ao réu, não sendo estendidos ao autor;
- (e) o contraditório e a ampla defesa vigoram somente no âmbito dos processos judiciais, não se estendendo aos processos administrativos.

37) Não é órgão integrante da estrutura judiciária nacional:

- (a) o Supremo Tribunal Federal;
- (b) os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
- (c) o Ministério Público Federal;
- (d) o Superior Tribunal de Justiça;
- (e) os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

38) Assinale a assertiva incorreta no que concerne à modificação de competência, tal como disciplinada no Código de Processo Civil:

- (a) a competência, em razão do valor e do território, poderá modificar-se pela conexão ou continência;
- (b) reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir;
- (c) dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras;
- (d) havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente;
- (e) se o imóvel se achar situado em mais de um Estado ou comarca, eventual controvérsia a seu respeito não poderá ser resolvida pelo Poder Judiciário.

39) De acordo com o regime atinente às intervenções de terceiros traçado no Código de Processo Civil, aquele que detiver coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio:

- (a) deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor, sob pena de responder por perdas e danos;
- (b) deverá assistir ao proprietário ou ao possuidor, sob pena de responder por perdas e danos;
- (c) deverá oferecer oposição ao proprietário ou ao possuidor;
- (d) deverá denunciar a lide ao proprietário ou ao possuidor;
- (e) deverá chamar ao processo o proprietário ou o possuidor.

40) Assinale a assertiva que não representa um requisito de admissibilidade recursal:

- (a) cabimento;
- (b) anuência da parte adversa;
- (c) tempestividade;
- (d) regularidade formal;
- (e) interesse recursal.

LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A CONCISÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA E A SUA EFICIÊNCIA

1- Ainda no tempo de estudante ouvi uma preleção informal de Djalma Marinho (parlamentar que gravou com a conduta e com a coragem as mais respeitáveis páginas da Câmara dos Deputados do Brasil), acerca da palavra como ferramenta de trabalho do profissional do Direito. Dizia o experiente advogado e homem público que o manejo correto da palavra definia o sucesso de uma tese, assim como, pelo inverso, o seu mau uso poderia impor o malogro de uma causa.

5- Durante o exercício da advocacia, da magistratura e do magistério, pude comprovar, na prática, o elevado quilate de acerto daquela recomendação obtida na juventude. A cada dia, expondo-as da forma mais pura possível, despindo-as de adereços desnecessários. Quero-as como peças a serviço da veiculação de ideias e não como estrelas que atraíam para si somente as atenções, “esquecidas” do serviço que devem prestar ao texto, isto é, ao conjunto das suas iguais. Posso até não conseguir, mas tento!

10- Sem a pretensão de deitar lições aos que têm menos tempo de trabalho na área, arrisco algumas sugestões, na procura de estimular a aplicação eficiente da linguagem forense, que deve transitar equilibradamente entre o clássico e o informal, mas sempre distante do pedantismo e da vulgaridade.

15- Assim, um costume que é adquirido nos bancos acadêmicos e levado ao trabalho é o de inserir expressões ou palavras do latim, como se a falta delas desmerecesse a qualidade de um arrazoado ou de uma decisão. No Brasil, o latim jurídico, de inspiração romana, provém da formação educacional básica de todo o período antes da República, confiada quase integralmente aos colégios católicos. Mas não é exclusividade

auriverde, pois em quase todos os ângulos do planeta existe esse hábito de "enfeitar" os textos com palavras ou bordões apanhados do idioma do Lácio. (...)

20 Equívoco também é o uso de palavras arcaicas. Com efeito, não é razoável que um profissional jurídico discorra hoje em dia com expressões que estão muito bem agasalhadas, por exemplo, em "Ateneu", de
22 Raul Pompéia, publicado em 1888, o último suspiro do barroco, como insinuou Mário de Andrade. Não sabia Mário que desatentos bacharéis não deixariam esse estilo fenecer...

25 Demonstrar erudição tem plateias e espaços próprios — as tertúlias. Pouco ou nada acresce em termos de objetividade, à atuação de agentes jurídicos do Século 21. Mais atrapalha que ajuda.

Outro pecado fatal é a produção de escritos imensos. Uma sentença que desnecessariamente ocupa laudas e mais laudas de papel está fadada a somente agredir os recursos naturais (papel e tinta), pois só será consultada a partir do "isto posto...". A mesma sorte (o descaso) é reservada a um petítório delongado, maçante, que se põe em lugar de um texto enxuto, que poderia "dar o recado" em breves linhas.

30 A propósito das longas peças, recorda-se o caso real havido na Justiça do Trabalho do Rio Grande do Norte, no qual o advogado, em audiência, entregou uma contestação enorme, merecendo do magistrado irreverente, após manuseio rápido, o seguinte ditado ao escrevente, para registro na ata: "O reclamado apresentou uma contestação 'tamanho família', com setenta e duas páginas, que o juiz não vai ler..." Assim dito, assim escrito. (...)

35 Não se prega aqui a desvalorização da cultura clássica e nem o desdouro de estilos que fizeram e fazem o prestígio da língua portuguesa. O que se deseja é chamar a atenção para a eficiência que a contextualização das palavras pode e deve gerar no trabalho forense.

38 Destaque-se: a elegância e a objetividade na aplicação das palavras há que ser o norte para o sucesso da atividade jurídica, independentemente da seara onde seja exercida. Alcançar esse ponto de
40 proporcionalidade não é tarefa indene de esforço; reclama perícia e perseverança, além de razoável dose de humildade para rever os próprios equívocos e para aceitar quando esses lhe são apontados por outrem. Nesse exercício de modéstia, é sempre bom ter em mente a lição de Mário Moacyr Porto: "É fácil escrever difícil; difícil é escrever fácil."

Ivan Lira de Carvalho é juiz federal em Natal (RN), doutor em Direito, professor da UFRN na graduação e no mestrado em Direito.

Fonte: Revista Consultor Jurídico, 22 de janeiro de 2012.

41) No texto "A concisão da linguagem jurídica e a sua eficiência", há predominância de:

- (a) Argumentação.
- (b) Dissertação.
- (c) Narração.
- (d) Descrição.
- (e) Exposição.

42) De acordo com texto, o primeiro parágrafo e o conjunto dos demais articulam-se de modo a constituir, respectivamente:

- (a) uma proposição e seu esclarecimento;
- (b) um tema e suas variações;
- (c) uma premissa e suas contradições;
- (d) uma declaração e sua atenuação;
- (e) um paradoxo e sua superação.

43) No processo argumentativo, a citação de Mário Moacyr Porto (“É fácil escrever difícil; difícil é escrever fácil.”) tem como intenção:

- (a) refutar a posição do autor do texto quanto ao estilo da escrita jurídica.
- (b) ratificar as ideias do autor diante da produção de textos no exercício profissional.
- (c) estimular o uso da verbosidade na linguagem forense.
- (d) desestimular os princípios de elegância e objetividade nos textos forenses.
- (e) valorizar o estilo tradicional do idioma do Lácio no exercício da advocacia.

44) (...) *merecendo do magistrado irreverente, após manuseio rápido, o seguinte ditado ao escrevente, para registro na ata: “O reclamado apresentou uma contestação ‘tamanho família’, com setenta e duas páginas, que o juiz não vai ler.”* (...)

No fragmento anterior, é correto afirmar que o emprego das aspas duplas e das aspas simples pretendem, respectivamente:

- (a) dar destaque a termos pouco conhecidos / assinalar distanciamento de sentido irônico.
- (b) indicar a citação textual da fala de outra pessoa / marcar um certo sentido irônico.
- (c) retomar uma ideia enunciada anteriormente / explicar um ponto de vista mais detalhadamente.
- (d) chamar a atenção do leitor para o termo destacado / demarcar a interrupção da argumentação do autor.
- (e) destacar a informalidade do discurso do falante / enfatizar o tom formal da linguagem.

45) Tendo em vista a regência do verbo *querer* em “Quero-as como peças a serviço da veiculação de ideias” (linha 8), pode-se afirmar que o sentido do verbo nesse exemplo é:

- (a) interessar-se;
- (b) apreciar;
- (c) visar;
- (d) desejar;
- (e) gostar.

46) “Não se prega aqui a desvalorização da cultura clássica.” (linha 35) A oração destacada encontra-se na:

- (a) voz ativa;
- (b) voz passiva analítica;
- (c) voz passiva sintética;
- (d) voz reflexiva;
- (e) voz reflexiva recíproca.

47) A palavra *como* em “como insinuou Mário de Andrade” estabelece uma relação semântica entre os termos a que ela se refere. Qual a expressão que apresenta sentido divergente ao do exemplo destacado?

- (a) consoante;
- (b) já que;
- (c) conforme;
- (d) de acordo com;
- (e) segundo.

48) De acordo com o Novo Acordo Ortográfico, escolha a opção que preenche corretamente as lacunas do trecho a seguir:

No tribunal, o _____ acusou o promotor de utilizar o juridiquês para confundir os participantes do júri que não _____ nos fatos do crime. Diante disso, a _____ vibrou com novo julgamento, já que na condição de leigos _____ dificuldade em compreender esse discurso.

- (a) co-réu – creem – plateia – tem
- (b) co-réu – crêem – plateia – têm
- (c) corrêu – crêem – plateia – têm
- (d) corrêu – creem – plateia – tem
- (e) corrêu – creem – plateia – têm

49) Com base no texto, julgue os itens a seguir e escolha a opção correta:

- (a) Em “o seu mau uso poderia impor o malogro de uma causa” (linhas 4-5), o vocábulo “seu” tem como referente “tese” (linha 4).
- (b) No fragmento “que atraíam para si somente as atenções” (linha 9), o vocábulo “que” tem como referente “ideias” (linha 8).
- (c) No trecho “é o de inserir expressões ou palavras do latim”, o vocábulo “o” (linha 14) tem como referente “trabalho”(linha 14).
- (d) O fragmento “o último suspiro do barroco” (linha 22) retoma o termo “Raul Pompéia” (linha 22).
- (e) Em “Alcançar esse ponto de proporcionalidade não é tarefa indene de esforço” (linhas 39-40), o vocábulo “esse” tem como referente o fragmento “a elegância e a objetividade na aplicação das palavras” (linha 38).

50) Observe o texto a seguir:

Rio de Janeiro, 8 de junho de 2013.

Para a Coordenação de Concursos da Procuradoria Geral do Estado,

Requerimento:

EGARD DOS SANTOS REIS, devidamente inscrito no concurso para estagiário da Procuradoria Geral do Estado, com a inscrição nº 12345, venho, por direito, solicitar a Vocês a emissão de uma certidão de comparecimento nesta prova realizada nesta data supracitada, uma vez que preciso comprovar meu afastamento do serviço no período da tarde, para realizar o referido exame.

Nestes termos, peço aceitação do meu pedido e aguardo deferimento.

Atenciosamente,

Edgard dos Santos Reis.

Com respeito ao texto acima, assinale a opção correta.

- (a) O lugar correto para a colocação da data é à esquerda, e não à direita, como se encontra no documento.
- (b) O tipo de documento adequado para tal finalidade não é o requerimento e, sim, o ofício.
- (c) Em vez do pronome de tratamento “Vocês”, o redator deveria ter empregado Vossas Excelências.
- (d) O candidato deveria ter solicitado uma declaração, e não uma certidão.
- (e) O fechamento “Atenciosamente” deveria constar antes do pedido de deferimento.



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

EDITAL

**28.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA
FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art. 17 do Regulamento do 28º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1) D
- 2) C
- 3) E
- 4) A
- 5) B
- 6) D
- 7) E
- 8) B
- 9) E
- 10) C
- 11) D
- 12) E
- 13) B
- 14) C
- 15) D

Handwritten signature or initials

DIREITO CIVIL:

16) C

17) D

18) B

19) C

20) D

21) E

22) A

23) E

24) B

25) C

26) A

27) C

28) B

29) D

30) A

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

31) D

32) C

33) B

34) A

35) C

36) B

37) C

38) E

39) A

40) B

LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO:

41) A

42) A

43) B

44) B

45) D

46) C

47) B


48) ~~E~~ D

49) E

50) D

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2013.


p/ **LEONARDO DE ANDRADE MATTIETTO**
Procurador-Chefe do CEJUR
Presidente da Comissão de Seleção de Estagiários

Jose Carlos V. dos Reis
Procurador do Estado
Matr. 966.056-4